

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS DESAFIOS PEDAGÓGICOS NAS AULAS DE MÚSICA

Valéria Pereira Gomes¹

Claudiméia do Rosário Almeida²

¹FAMES – Faculdade de Música do Espírito Santo - email: valeriasoprano@yahoo.com.br

²FAMES – Faculdade de Música do Espírito Santo - email: claudimeia@gmail.com

Resumo

Analisaremos alguns desafios da prática docente do profissional de música na promoção de uma educação inclusiva para pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação. Focaremos num levantamento bibliográfico sobre o tema, pois trata-se de uma pesquisa em andamento, que ainda não tem resultados do trabalho de campo.

Palavras-chave: Música. Inclusão. Desafios.

1. Educação inclusiva - contexto histórico

De acordo com Mendes (2006) a partir do século XVI médicos e pedagogos perceberam a possibilidade de educar pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação, sendo isto feito de forma asilar ou tutorial. Entretanto, as instituições ou profissionais que atendiam a estas pessoas baseavam-se em terapias psicológicas, fonoaudiológicas e ocupacionais. A educação formal ainda era vista como algo impossível ou desnecessário (MENDES, 2006; GLAT, 2009).

A partir do século XIX surgiram classes especiais dentro da escola regular com o intuito de atender aos alunos com deficiência. As instituições, geralmente filantrópicas, continuaram existindo, porém, o atendimento prestado nestes locais mantinha os alunos separados de suas famílias e longe da sociedade, caracterizando assim a segregação social dessas pessoas (SASSAKI, 1999; MENDES, 2006).

A partir de 1960 a educação especial, que até então era desenvolvida paralelamente à educação formal, foi integrada à educação regular em diferentes países (MENDES, 2006). E já na década de 1970 o alemão Wolfensberge questionou a ideia de segregação social das pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação, sugerindo que elas fossem inseridas no contexto social, visando a normalizar suas condições de vida. Essa proposta foi muito criticada por um erro de compreensão, pois acreditava-se que a ideia era normalizar a pessoa com deficiência e com altas habilidades/superdotação ao invés do ambiente que ela vivia (GLAT, 2009, p.21).

Partindo da proposta de Wolfensberge desenvolveu-se o paradigma da Integração, que visava a proporcionar ao aluno com deficiência um ambiente escolar menos restrito, preparando-o para integrar às classes comuns das escolas regulares. (GLAT, 2009). Este modelo de Integração também foi criticado por exigir uma preparação prévia dos alunos para ingressarem na escola comum e isentar a escola de sua responsabilidade de estar preparada, tanto em relação ao espaço físico quanto em relação ao contexto pedagógico, para receber aquele aluno com deficiência e com altas habilidades/superdotação (GLAT, 2009).

Por volta dos anos 90 do século XX surgiu a proposta da educação inclusiva, apoiada por organismos como a UNESCO - (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Neste modelo os alunos devem ser incluídos nas classes comuns, independente do grau ou tipo de comprometimento de sua deficiência como também de altas habilidades/superdotação, devendo a escola adequar-se ao aluno

de maneira a atender suas necessidades educativas (GLAT, 2009, p. 24).

Tal fato levou à criação de legislações específicas, em nível mundial, que possibilitassem a inclusão dos alunos com deficiência e com altas habilidades/superdotação no ensino regular. Neste sentido, documentos importantes para a implantação deste modelo educacional foram elaborados, tais como, a Declaração de Salamanca de 1994, a Convenção da Guatemala de 2001 e a Convenção de Nova Iorque em 2006.

2. A educação inclusiva no Brasil

No Brasil as primeiras ações no sentido de educar cidadãos com deficiência e com altas habilidades/superdotação foram a criação do Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro em 1854, e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, por D. Pedro II, também na cidade do Rio de Janeiro em 1857. (DOMINGOS, 2005).

Já em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial o (CENESP), que posteriormente se transformou na Secretaria de Educação Especial (SEESP), sendo o primeiro órgão educacional do governo federal responsável pelas ações políticas relacionadas à educação especial (GLAT, 2009; MENDES, 2010).

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 recomendou, em seu artigo 208, o atendimento preferencial de alunos com deficiência e com altas habilidades/superdotação no sistema regular de ensino, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estipulou que este atendimento deveria ser feito preferencialmente na escola comum (BRASIL, 2001; GLAT, 2009).

Atualmente dentre os principais documentos que viabilizam a inclusão a nível nacional estão a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica; A Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação e expressão; e a Portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino (BRASIL, 2007). Sob o amparo da legislação em vigor, a educação inclusiva se tornou a política educacional oficial do Brasil. Apesar disso, Glat (2009) destaca que a salas de aulas regulares nem sempre preconiza o modelo inclusivo.

3. A importância da música na educação inclusiva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabeleceu o ensino de artes como componente obrigatório, porém, não determinou o que exatamente seria inserido como artes, ou em que área artística o professor deveria atuar. Em 2008 a Lei federal nº 11.769, de 18 de agosto, instituiu a música como conteúdo obrigatório na disciplina de artes, nas escolas de ensino fundamental e médio (FIGUEIREDO, 2011). Partindo do princípio da psicomotricidade é possível perceber apesar da pouca trajetória na educação formal, a música já se apresenta como importante disciplina no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

De acordo com Louro, Afonso e Andrade (2006) o termo psicomotricidade significa a relação entre o psicológico, o cognitivo, o motor e a idade (fases do desenvolvimento) do indivíduo. Nesta perspectiva o ser humano é compreendido como um ser emocional, intelectual e físico de maneira que para adquirir um desenvolvimento pleno seria necessário trabalhar essas três áreas juntamente com as fases do desenvolvimento.

Louro, Afonso e Andrade (2006) mostram que as metodologias mais utilizadas na educação musical infantil, na maior parte das propostas, são baseadas em exercícios e jogos que visam ao desenvolvimento da criança no aspecto psicomotor. O esquema corporal, o tônus, o equilíbrio, a lateralização, a lateralidade, a noção espacial e a noção temporal são extremamente importantes para o desenvolvimento motor do indivíduo e a música pode trabalhar estes elementos.

Os autores ressaltam que desenvolvimento motor gera o desenvolvimento psicológico e social do aluno, já que demonstra sua capacidade de realizar as mesmas tarefas que os outros realizam, mesmo que de forma diferente. De acordo com Chiarelli e Barreto (2005) isto fará com que este indivíduo sinta-se incluído num círculo de pessoas, como parte de um todo, elevando sua auto-estima.

4. Desafios da inclusão nas aulas de música

Dentre os principais fatores que podem atrapalhar a inclusão dos alunos nas aulas de música estão a falta de qualificação do professor de música e também de estrutura física da instituição de ensino. Sobre o primeiro aspecto Louro, Afonso e Andrade (2006) afirmam que é necessário que o professor de música esteja preparado psicologicamente e academicamente para o trabalho, já que sua contribuição é

essencial nesse processo de inclusão, desde que ele esteja preparado para este trabalho.

Na concepção de Satinback (1999) trabalhar com uma classe mista requer um trabalho extra no planejamento individual e um planejamento em conjunto com o professor de inclusão. Este processo requer um tempo maior de trabalho e um grande gasto energia, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Isso nos leva a entender que o profissional de educação musical deve buscar também uma formação em educação especial visando a um melhor atendimento de seus alunos para conseguir incluí-los de maneira igualitária sem deixar de atender a cada um com sua especificidade.

A falta de estrutura física das escolas, é um outro desafio para a inclusão. Sobre isso é pertinente citar o Decreto nº 5.296/04 que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para proporcionar a devida acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos espaços escolares.

O Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades teve por objetivo possibilitar a acessibilidade urbana e garantir o acesso de todos aos espaços públicos, dentre eles a escola (BRASIL, 2007). Neste sentido, faz-se obrigatório a colocação de rampas, elevadores de acesso, banheiros com portas mais largas que as comuns, barras de sustentação e pias mais baixas, chão antiderrapante entre outras para que o aluno com comprometimento físico possa se locomover tranquilamente dentro do espaço físico da escola. (LOURO; ALONSO; ANDRADE, 2006). Entretanto de acordo o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva indica que:

[...] Em 2006, das 54.412 escolas com matrículas de alunos atendidos pela educação especial, 23,3% possuíam sanitários com acessibilidade e 16,3% registraram ter dependências e vias adequadas [...]. No âmbito geral das escolas de educação básica, o índice de acessibilidade dos prédios, em 2006, é de apenas 12%. (BRASIL, 2007, p.7)

Para as aulas de música especificamente Louro, Alonso e Andrade (2006) apontam adaptações relacionadas à notação musical tais como utensílios escolares, régua com pegador, apontador de lápis fixos nas mesas para possibilitar a realização das atividades escolares sem dificuldades. Eles mostram também que são necessárias modificações que possibilitem a execução de instrumentos musicais para alunos com deformidade nas mãos ou dedos.

De acordo com a LDBEN/96 é necessário "currículos, métodos, técnicas,

recursos educativos e organização específicos” para o atendimento de alunos com deficiência e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2001, p. 14). Desta forma, entende-se que, tanto a prática pedagógica como o currículo devem ser adaptados para atender a estes alunos.

Para alunos com problemas cognitivos também é necessário adaptações pedagógicas e curriculares conforme nos mostra Stainback (2009), ao sugerir que as atividades sejam planejadas de maneira que todos os alunos sejam envolvidos e possam adquirir conhecimento através de um trabalho diferenciado em equipe.

A educação inclusiva, apesar de ser uma realidade na legislação brasileira, na prática, é um processo em construção. Assim sendo podemos concluir que os fatores citados acima são grandes desafios a serem driblados na promoção de uma educação realmente inclusiva, e comprovar a veracidade da constatação de Glat (2009) de que realmente o modelo Inclusivo não é aplicado totalmente. Exatamente por este motivo este trabalho se desenvolveu, para mostrar que a música pode contribuir para a inclusão, desde que sejam superados tais desafios.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial - MEC: SEESP,2001*. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> acesso em 12/06/2014 às 22:16h.

BRASIL, Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC:SEESP, 2007. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://pee1.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> acesso em 11/09/14 às 19:58h.

CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti ; BARRETO, Sidirley de Jesus. *A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser*. instituto catarinense de pós-graduação. revista *Recre@rte* Nº3 Junio 2005. Disponível em: <<http://www.iacat.com/Revista/recreate/recreate03/musicoterapia.htm>> acesso em 11/06/2014 às 22:55h.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. *A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais*. Belo Horizonte, 2005. [p. 45 - 63]. Dissertação (mestrado em Educação, área de concentração: sociologia e história da profissão docente e da educação escolar) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_DomingosMA_1.pdf> acesso em 01/06/2014 às 23:33h.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. et al. Educação musical e legislação educacional. In FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. et al. *Educação musical escolar*. Ano XXI Boletim 08 - Junho 2011. Disponível em : <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/16075508-Edu.Musical.pdf> >acesso em 09/06/2014 às 10:58h.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana. *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p 15 -35.

LOURO, Viviane dos Santos; ALONSO Luiz Garcia; ANDRADE, Alex Ferreira. *Educação Musical e Deficiência: Propostas pedagógicas*. São Jose dos Campos, SP: Ed. do Autor, 2006. 191p.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão*. Universidade Federal de São Carlos; Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf> >, acesso em 13/05/2014 às 20:23 h.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Breve histórico da educação especial no Brasil*. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em:<<http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>>, acesso em 25/06/2014 às 18:38 h.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Os desafios da inclusão à educação. In: SASSAKI, Romeu Kasumi. *Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999. p 111-136. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/65995220/Inclusao-Construindo-Uma-Sociedade-Para-Todos>>. Acesso em 21/04/14 às 23:36h.

STAINBACK, Susan e William. *Inclusão: um guia para educadores*; tradução Magda França Lopes. - Porto Alegre: Artmed, 1999. 456p.